

Sarney empenhado no pacto contra crise

31 AGO 1985

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney está determinado a prosseguir em seus esforços para costurar o pacto nacional em torno da consolidação do regime democrático e da superação da crise econômico-financeira, dizem seus assessores. Ele considera que o acordo com banqueiros em torno da contenção da taxa de juros se insere dentro do pacto, que se desdobrará, diante das dificuldades que se avolumam em horizonte próximo, na busca da compreensão do setor produtivo da economia e dos trabalhadores.

De acordo ainda com seus auxiliares, o chefe do governo já foi advertido de que, em setembro e outubro, o Brasil enfrentará um quadro de dificuldades e perturbações, com o dissídio coletivo dos bancários e dos metalúrgicos. O governo receia deparar-se com exigências salariais acima das possibilidades de atendimento e acha necessária a contenção dessas demandas porque, de outra forma, será impossível controlar a inflação, que atingiu o "desastroso recorde" de 14% em agosto.

COMPREENSÃO

O presidente está convencido de que o País deve crescer 5% ao ano, para elevar o nível de emprego e reaquecer a economia, e que tal aspiração somente poderá ser atendida com alguma taxa de inflação suportável, desde que haja compreensão de todos os setores. Ele busca essa compreensão, reunindo na Granja do Torto empresários, trabalhadores, economistas, além de ouvir permanentemente políticos e a igreja católica.

Para baixar os juros, estimular o setor produtivo, gerar empregos, acabar com a especulação, o governo precisa de ajuda de todos. "Chegou o fim da República dos papéis" — disse outro assessor.

Entre auxiliares do presidente José Sarney, prevê-se que ele procure ampliar o pacto com propostas aos industriais e aos trabalhadores: "Se conseguirmos baixar os juros e controlar os preços, esperamos reduzir o impacto das reivindicações salariais, através de acordo com suas lideranças".

Assim, o presidente José Sarney continua empenhado na viabilização do pacto nacional; não em torno de seu governo, que desfruta de sólida maioria parlamentar, e sim de seus objetivos, para que cheguemos, sem maiores turbulências, à Assembléia Nacional Constituinte.

NEGOCIAÇÃO

Entre seus assessores, há uma afinidade. Todos lembram que o governo é da negociação e não da imposição, segundo a quadra política que atravessamos. Daí a insistência do chefe do governo num pacto para a obtenção de soluções consensuais para a crise econômico-financeira, com o que a sociedade dará adesão aos objetivos da Nova República e aceitará os sacrifícios que ela reclamará, nos próximos meses, em benefício da superação definitiva das dificuldades presentes. Ele poderá envolver, no plano econômico, o congelamento de preços, de salários, e a queda de juros para 90 ou 120 dias, numa tentativa de conter a inflação que volta a intranquilizar o governo e a sociedade.